

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL (TCDF)

CONCURSO PÚBLICO

Cargo: Procurador do Ministério Público junto ao TCDF

SEGUNDA PARTE DA PROVA DISCURSIVA (P_3)

Leia com atenção as instruções abaixo.

- 1 Ao receber este caderno de prova, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado no seu caderno de textos definitivos da segunda parte da prova discursiva (P_3), que é composta de três questões e uma peça prática, seguidas de páginas para rascunho. Confira, ainda, o seu nome em cada página numerada deste caderno de prova. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito e(ou) apresente divergência quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 3 Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para a transcrição dos textos definitivos.
- 4 Na duração da prova, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e à transcrição dos textos para o caderno de textos definitivos da segunda parte da prova discursiva (P_3).
- 5 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de prova.
- 6 Nenhuma folha deste caderno pode ser destacada.
- 7 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação da sua prova.

OBSERVAÇÕES:

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.

É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; sac@cespe.unb.br; Internet — www.cespe.unb.br.

SEGUNDA PARTE DA PROVA DISCURSIVA (*P₃*)

- Nesta parte da prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas do **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA SEGUNDA PARTE DA PROVA DISCURSIVA (*P₃*)**, nos locais apropriados, pois **não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos**.
- Tanto nas questões quanto na peça prática, qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas disponibilizadas será desconsiderado. Será também desconsiderado o texto que não for escrito nas **folhas de texto definitivo correspondentes**.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas na capa, pois não será avaliado texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado. Caso queira assinar seus textos, utilize apenas o nome **Procurador do Ministério Público**. Ao texto que contenha outra forma de identificação será atribuída nota zero, correspondente à identificação do candidato em local indevido.
- Para cada questão, ao domínio do conteúdo serão atribuídos até **5,00 pontos**, dos quais até **0,50 ponto** será atribuído ao quesito apresentação e estrutura textual (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos). Para a peça prática, esses valores corresponderão a **15,00 pontos e 0,50 ponto** respectivamente.

QUESTÃO 1

A fusão entre empresas pode ser requerida pelas partes diretamente ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), a exemplo do que ocorreu entre as empresas Sadia e Perdigão, cujo processo de fusão foi aprovado em sessão de julgamento do CADE, realizada em Brasília, em julho de 2011. Tal iniciativa, contudo, nem sempre é adotada espontaneamente. Por isso, o legislador previu que, nas hipóteses em que a fusão de duas ou mais empresas possa constituir infração da ordem econômica, qualquer interessado pode apresentar representação escrita e fundamentada à Secretaria de Direito Econômico (SDE) do Ministério da Justiça, que, então, promoverá os procedimentos administrativos pertinentes.

Com referência à “representação escrita”, redija um texto dissertativo que descreva a tramitação dessa representação no âmbito da SDE, discorrendo sobre as hipóteses de cabimento, natureza e objetivos de cada etapa de atuação do órgão, bem como sobre situações jurídicas relevantes que podem surgir no curso dos procedimentos. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ averiguações preliminares; **[valor: 1,50 ponto]**
 - ▶ instauração do processo administrativo; **[valor: 1,50 ponto]**
 - ▶ instrução do processo administrativo. **[valor: 1,50 ponto]**
-

RASCUNHO – QUESTÃO 1 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – QUESTÃO 1 – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

QUESTÃO 2

Em razão do princípio da autonomia patrimonial, as sociedades empresárias podem ser utilizadas como instrumento para a realização de fraude contra credores ou mesmo abuso de direito. Na medida em que é a sociedade o sujeito titular dos direitos e o devedor das obrigações, e não os sócios, muitas vezes os interesses dos credores ou terceiros são indevidamente frustrados por manipulações na constituição da pessoa jurídica.

Fábio Ulhoa Coelho. **Curso de direito comercial**. Vol. 2, 8.^a ed., São Paulo: Saraiva, 2005, p. 31.

Tendo em vista que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador e considerando que a teoria da desconsideração da personalidade jurídica foi estabelecida exatamente para coibir a utilização da pessoa jurídica com o intuito de fraude e abuso de direito, redija um texto dissertativo a respeito dessa teoria que aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- ▶ evolução legislativa dessa teoria no direito brasileiro; **[valor: 1,00 ponto]**
 - ▶ pressupostos de aplicação dessa teoria; **[valor: 1,50 ponto]**
 - ▶ teorias maior e menor da desconsideração; **[valor: 1,50 ponto]**
 - ▶ desconsideração inversa. **[valor: 0,50 ponto]**
-

RASCUNHO – QUESTÃO 2 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – QUESTÃO 2 – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

QUESTÃO 3

O estado X, membro da Federação, mediante lei específica, criou programa que disciplina, entre outras matérias, a concessão de incentivo creditício de repercussão fiscal para fomentar a implantação de novos empreendimentos econômicos produtivos e, com isso, promover o desenvolvimento da região. Para isso, determinou que os empreendimentos enquadrados no aludido programa e que tiverem seus projetos aprovados serão beneficiados com redução de 50% do ICMS devido nas operações de venda realizadas por tais empreendimentos, inclusive sobre as vendas interestaduais.

A empresa Zeta, sediada no estado X e beneficiada pelo aludido programa, em uma operação interestadual tendo como destino o estado Y, também membro da Federação, apurou a parcela devida ao estado Y, aplicando o mesmo redutor de 50%.

Diante dessa situação, o estado Y autuou a referida empresa, alegando que o benefício concedido pelo estado X não observara os requisitos legais e constitucionais, o que importava na nulidade da norma do estado X.

Com base nessa situação hipotética, redija um texto dissertativo a respeito da constitucionalidade da referida norma editada pelo estado X. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos (tópicos I e II) e responda ao questionamento do tópico III.

- I requisitos legais para a concessão do referido benefício; **[valor: 1,50 pontos]**
 - II normas constitucionais ou infraconstitucionais aplicáveis. **[valor: 1,50 ponto]**
 - III Como deveria ser calculado o imposto devido ao estado Y, na hipótese de a venda ter sido destinada a contribuinte do ICMS e no caso de venda a consumidor final? **[valor: 1,50 ponto]**
-

RASCUNHO – QUESTÃO 3 – 1/2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – QUESTÃO 3 – 2/2

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

PEÇA PRÁTICA

Para coibir casos como o ocorrido na empresa Enron Corporation, em 2002, um dos maiores escândalos envolvendo inconsistências contábeis no mercado de capitais da história dos Estados Unidos da América, e para proteger os investidores, com vistas à melhoria da precisão e ao aumento da confiabilidade das divulgações corporativas, o governo americano promulgou a Lei Sarbanes-Oxley (Lei SARBOX), regramento aplicável às empresas norte-americanas, bem como às empresas de quaisquer países que possuam recibos representativos de ações negociadas no mercado de capital dos Estados Unidos. Se o Banco Santos, por exemplo, à época da intervenção sofrida pelo Banco Central do Brasil dada a descoberta de irregularidades que contabilizaram R\$ 2,23 bilhões, tivesse ADRs (american depositary receipts) de níveis 2 e 3 negociadas em bolsa norte-americana, a instituição teria sido alcançada pelos preceitos da Lei SARBOX.

Na Lei SARBOX, é dedicado um título à conformação dos serviços prestados por auditor (Title II – Auditor Independence), tratando a seção 201 da prestação de serviços incompatíveis com as atividades de auditoria (Services Outside the Scope of Practice of Auditors); na Seção 202, consideram-se os requerimentos de preaprovAÇÃO (Preapproval Requirements) para serviços de não auditoria; na Seção 203, é prevista a criação de um comitê de auditoria com as seguintes atribuições: monitorar as atividades do auditor interno, contratar e monitorar os serviços do auditor independente.

De acordo com o Título III (Corporate Responsibility) da referida lei, as companhias são responsáveis pela exatidão dos relatórios que contêm as demonstrações financeiras e a emissão da declaração de responsabilidade pela qualidade dos controles internos. A Seção 302 desse título trata da certificação dos controles internos.

Consoante o estabelecido na Seção 404 do Título IV (Enhanced Financial Disclosures) da Lei SARBOX, a companhia deve criar e manter uma estrutura de controles internos adequada aos propósitos de seu negócio e à sua missão, e a administração deve incluir no relatório anual sua avaliação sobre a eficácia dos controles internos. No cumprimento dos objetivos dessa seção, a maior parte das empresas brasileiras tem utilizado os critérios do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) para a formatação de uma estrutura de controles internos capaz de encartar os termos da SARBOX. A partir de 2004, com nova estrutura, o COSO – ERM (Enterprise Risk Management) passou enfatizar a importância de identificar e gerenciar riscos em toda a empresa, com base em oito componentes: ambiente de controle interno; definição de objetivos; identificação de eventos; avaliação de riscos; resposta ao risco; atividades de controle; informação e comunicação; e monitoramento.

A partir das informações acima, de caráter meramente motivador, considere a seguinte situação hipotética.

Um auditor público, durante a execução de uma auditoria nas dependências de um ente público, obteve do auditado documento em que se registraram o atendimento à Lei SARBOX e o uso dos critérios do COSO na formatação da estrutura dos controles internos. Ao finalizar os trabalhos de campo, o auditor procedeu aos registros listados a seguir:

1. A aquisição de cinquenta computadores, cada um no valor de R\$ 5.000, decorreu da homologação do processo licitatório n.º XX/ANO, tendo o exame físico comprovado a existência dos computadores e a existência de documentação comprobatória da despesa, com o atesto do Sr. Audir, chefe do Departamento de Patrimônio. Verificou-se, ainda, que, do total de computadores adquiridos por meio do referido processo licitatório, trinta foram registrados no módulo contábil do sistema integrado de gestão empresarial do ente público pelo Sr. Nildo, técnico da área de contabilidade com atribuição para desempenhar a atividade. O registro do restante (vinte computadores) no módulo contábil do sistema integrado de gestão empresarial foi realizado pelo Sr. Audir.
2. Na documentação obtida do auditado, foram encontradas certificações trimestral e anual dos controles e procedimentos de divulgação.
3. Os três membros do comitê de auditoria também são membros do conselho de administração do ente público auditado. Apurou-se que o conselheiro Sr. César é diretor financeiro do referido ente público e sua formação acadêmica é condizente com o cargo que ocupa.
4. O contrato firmado para a prestação de serviços pelo auditor independente é de R\$ 1 milhão. Verificou-se que a empresa de auditoria também foi contratada pelo montante de R\$ 48.000 para realizar serviços de asseguração limitada do relatório de sustentabilidade do exercício.

Com base nas informações e na situação hipotética acima apresentadas, redija um parecer acerca das observações feitas pelo auditor público, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- preceitos da Lei SARBOX; [valor: 4,50 pontos]
- aplicação dos critérios do COSO; [valor: 5,00 pontos]
- identificação dos princípios de controle interno. [valor: 5,00 pontos]

RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 1/5

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 2/5

31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 3/5

61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	

RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 4/5

91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	

RASCUNHO – PEÇA PRÁTICA – 5/5

121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	